

INVESTIGAÇÃO

Movimentação de R\$ 130 milhões

PF apura suposta lavagem de dinheiro de Tomaz, vinculado a Flávio. Valor seria incompatível com as atividades econômicas do advogado

» DANANDRA ROCHA
» RENATO SOUZA

A investigação da Polícia Federal sobre suspeita de lavagem de dinheiro envolvendo o senador e candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o advogado Willer Tomaz também alcança o ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL) e o deputado federal cassado Alexandre Ramagem (PL-RJ). A apuração busca esclarecer possíveis conexões entre o advogado, políticos e empresas ligadas ao mercado de apostas esportivas. O inquérito tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

Uma conta bancária vinculada a Tomaz movimentou R\$ 130 milhões entre março e maio de 2025, segundo dados reunidos pela PF. O volume financeiro chamou a atenção dos investigadores por, aparentemente, não corresponder às atividades econômicas conhecidas do advogado.

Dados do Ministério da Fazenda apontam que Willer depositou mais de R\$ 258 milhões na Foggo, dona da Blaze, quase o dobro do segundo colocado no Brasil. Ainda de acordo com investigações da PF, o advogado apostou cerca de R\$ 5 bilhões no ano passado e sacou quase R\$ 200 milhões. Os valores apostados são maiores que o depositado por conta dos giros que o montante faz dentro da plataforma. Foram 1.936 aportes (média de R\$ 133 mil em cada um) e o volume total de saques ocorreu em 3.408 operações (média de R\$ 58 mil por retirada), fazendo do advogado o maior apostador do país.

No entanto, os investigadores suspeitam que Tomaz seja sócio

oculto da Blaze. Uma das hipóteses é de que as apostas servem como mecanismo para disfarçar lavagem de dinheiro, por meio de apostas simuladas.

A defesa do advogado afirma que os recursos apostados “têm origem lícita, são compatíveis com seus rendimentos e constam de sua declaração à Receita Federal”. No entanto, o Fisco afirma que a Blaze nunca analisou os valores movimentados por Tomaz, como previa a regra antes da proibição das bets, para avaliar a suspeita de lavagem de dinheiro.

Suposto esquema

Os investigadores também apuram se Flávio Bolsonaro teria atuado com Tomaz em um suposto esquema de lavagem de dinheiro que utilizaria casas de apostas para dissimular a origem de recursos. O procedimento também investiga possíveis vazamentos de informações sobre processos em andamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Flávio classificou as notícias como falsas, enquanto Tomaz e Castro negam irregularidades.

O nome de Cláudio Castro aparece na apuração em razão de mensagens encontradas no celular de Tomaz e de possíveis conexões do advogado com empresas que atuam no setor de apostas no Rio de Janeiro. Uma delas é a Rede Loto, primeira empresa credenciada pela Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj) para operar apostas esportivas on-line, em maio de 2023, durante a gestão do ex-governador.

Em representação encaminhada ao STF, a PF apontou indícios de que Tomaz mantinha relações próximas com integrantes do poder

Redes sociais/reprodução



Defesa de Tomaz disse que os recursos apostados “têm origem lícita, são compatíveis com seus rendimentos”

público e agentes políticos. Segundo os investigadores, parte dessas conexões estaria associada a elementos concretos, como viagens, movimentações bancárias, pagamentos, vínculos profissionais e participação em empresas ou contratos públicos.

O documento destaca as relações envolvendo Hazenclever Lopes, que comandou a Loterj, e as empresas Pixs/Riopag, essa última responsável por vencer uma licitação para operar pagamentos de plataformas de apostas autorizadas pela loteria estadual.

Em nota, Castro afirmou que conhece Tomaz desde 2020 e que os

dois mantêm uma relação de amizade. Segundo o ex-governador, o advogado também o defendeu gratuitamente em alguns processos por causa desse vínculo pessoal. Ele ainda declarou que desconhecia qualquer ligação entre Tomaz e a Pixs/Riopag no momento da contratação pela Loterj, assim como eventual relação profissional ou pessoal entre o advogado e Hazenclever Lopes. Também negou saber de possíveis viagens custeadas para o então presidente da autarquia.

“Hazenclever foi uma indicação política do PL para a presidência da Loterj. A autarquia possui gestão própria, e Castro não participou

da licitação, da contratação da Pixs/Riopag nem de qualquer tratativa envolvendo Willer e a empresa”, afirmou a assessoria de Castro.

A investigação também examina um pagamento de R\$ 270 mil que teria beneficiado Alexandre Ramagem. O dinheiro teria sido transferido por intermédio de outra pessoa. A empresa que recebeu o valor declarou que prestou serviços ao escritório de Tomaz e que, em 2024, durante a pré-campanha de Ramagem à Prefeitura do Rio de Janeiro, foi contratada pela banca de advocacia para atuar por três meses. O deputado cassado não se manifestou sobre o caso.

A apuração teve origem em uma investigação da PF no Rio Grande do Sul sobre suspeitas de evasão de divisas e lavagem de dinheiro por meio de plataformas de apostas esportivas. Durante as diligências, os agentes reuniram indícios de que Tomaz controlaria a Rede Loto. A análise levou os agentes a solicitar a quebra do sigilo telemático do advogado, medida que permitiu o acesso a mensagens, e-mails e outros dados armazenados em seus dispositivos. A partir desse material, foram identificados vínculos com Flávio Bolsonaro, o que levou o caso ao STF, pois ele tem foro privilegiado.

Na segunda-feira, um ex-servidor do STJ foi alvo de uma ação da PF, sob suspeita de repassar a Tomaz informações sigilosas de processos, além de dados internos de Corte. A suspeita é de violação de sigilo funcional.

Tomaz nega ter obtido acesso irregular a decisões judiciais ou a pareceres do Ministério Público Federal (MPF), assim como ter interferido no conteúdo de manifestações de procuradores. Em nota, o advogado classificou as suspeitas como falsas e afirmou desconhecer o relatório da PF mencionado nas reportagens.

“Tampouco há ilícito quando um procurador, convencido pelos memoriais apresentados, incorpora seus argumentos ao parecer. Isso é contraditório, e converter rotina processual em suspeita é criminalizar a advocacia. A defesa desconhece o relatório citado e repudia sua divulgação seletiva, em plena campanha eleitoral, com menções a terceiros alheios aos fatos investigados. Ilegal, este sim, é o vazamento de material sigiloso, cujos autores serão identificados e responsabilizados”, declarou.

Avança apoio para CPMI

» LUÍZA ALTOÉ

O requerimento de criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) alcançou 124 assinaturas, das 198 necessárias. A comissão pretende apurar o suposto financiamento do filme *Dark Horse* com recursos de Daniel Vercaro, do Banco Master, bem como as relações financeiras entre o senador e o advogado Willer Tomaz. Da parte da oposição, a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) e a deputada Coronel Fernanda (PL-MT) também buscam signatários para instaurar uma CPMI voltada a investigar a lobista Roberta Luchsinger e Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Para a comissão que pretender mirar Flávio, além do PT, parlamentares que apoiaram a criação do colegiado são filiados aos partidos PCdoB, PSol, PSD, MDB, PDB e Podemos. Para uma CPMI ser criada, ela depende de um apoio mínimo de 171 deputados e 27 senadores. Atingido esse quórum, o documento é protocolado, e cabe ao presidente do Senado determinar a criação da comissão.

O líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (PT-SC), desafiou a oposição a assinar o requerimento da CPMI de Flávio, em nome da transparência e da isonomia. Segundo ele, a orientação do PT é que os parlamentares também apoiem a CPMI proposta pela oposição, que mira em Lulinha. Além de possíveis práticas de tráfico de influência, a CPMI irá apurar a suposta existência de casos de corrupção, favorecimento indevido, conflitos de interesses e utilização da estrutura da Administração Pública Federal em benefícios de interesses privados.

“Em nome da democracia, da transparência e da isonomia, queremos que a direita e o time de Flávio tenham a mesma postura que nós. Assinamos a CPMI deles e queremos que eles assinem a nossa CPMI contra o Willer Tomaz para investigar todas as acusações. (...) Por que não assinaríamos? Tem alguma coisa a esconder e investigar?”, questionou em coletiva de imprensa.

O apoio a uma CPMI para investigar Lulinha faz parte de um mote adotado pela campanha desde o debate presidencial promovido pela

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Assinamos a CPMI deles e queremos que eles assinem a nossa CPMI contra o Willer Tomaz para investigar todas as acusações"

Pedro Uczai (PT-SC),
líder do PT na Câmara

Band no domingo. Desde então, o chefe do Executivo vem desafiando Flávio a abrir os sigilos telefônicos e bancários, para que a população “seja devidamente informada e possa decidir livremente em quem vai votar”.

Às vésperas do segundo turno, o partido vem associando o governo de Lula ao compromisso ético de transparência e combate à corrupção e orientou a base a também apoiar a investigação do filho do presidente. Segundo Uczai, a apuração do caso de Lulinha é uma forma de demonstrar que o PT não pretende impedir apurações que envolvam integrantes da própria base política. “Queremos as duas investigações”, completou.

Uczai afirmou ainda que pretende procurar o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para que, alcançado o número de

assinaturas necessárias, a instalação das duas CPMIs sejam priorizadas. Isso porque a instauração depende de uma lista de outros requerimentos pendentes e, portanto, o líder espera que as duas CPMIs citadas passem na frente.

Inquéritos

A CPMI proposta pelo PT busca seguir com apurações que são conduzidas em dois inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF). No primeiro, relatado pelo ministro André Mendonça, é investigado o pedido de recursos a Vercaro para, supostamente, financiar o filme *Dark Horse*, sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes.

O segundo inquérito, relatado pelo ministro Alexandre de Moraes, veio a público no fim de semana. Nesse caso, Flávio é investigado por suspeitas de lavagem de dinheiro em plataformas de apostas esportivas, envolvendo o advogado Willer Tomaz e suas empresas. A Polícia Federal aponta Flávio como “usuário master” da conta bancária de uma offshore de Willer em Portugal. Além disso, identificou que empresas ligadas ao defensor teriam custeado viagens de jatinho para o parlamentar. Willer também é investigado no caso do INSS.

HELENA
DANIEL
GUSTAVO
AMANDA
HENRIQUE
CAMILA
ROBERTA

DOAR SANGUE FAZ BEM.
PRA QUEM RECEBE
E PRA QUEM DOA, TAMBÉM.

Quando a gente faz uma doação, seja ela de uma roupa que não nos serve mais, de um eletrodoméstico que acabamos de trocar ou de um valor em dinheiro, estamos levando alento, esperança e dignidade para quem precisa. Mas, quando doamos o nosso próprio sangue para alguém que nem conhecemos, estamos doando vida para quem mais precisa. Se você tem entre 16 e 69 anos, pesa mais de 50 kg, não possui comorbidades nem faz uso de drogas injetáveis ilícitas, procure o Hemocentro, faça a sua doação e ajude a salvar vidas.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL